

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE
MINAS GERAIS – CAMPUS BARBACENA
PREGÃO Nº 03/2020
(Processo Administrativo n.º 23355.0002953/2020-13)**

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de **INSUMOS E MATERIAIS ZOOTÉCNICOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na PLANILHA A, anexa a este instrumento.
 - 1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).
 - 1.1.1.1. **A estimativa de consumo individualizada do órgão gerenciador está na PLANILHA A.**
- 1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.
- 1.5. **Para os medicamentos, vacinas e demais insumos de uso veterinário os licitantes deverão apresentar o documento comprobatório do registro do produto de uso veterinário, seus componentes e afins no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 24º do Decreto nº 5053, de 22 de abril de 2004, suas alterações e legislação correlata.**
 - 1.5.1. **Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.**
- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados **da homologação** da Ata.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** O objetivo desta contratação é a Aquisição de Insumos e Materiais Zootécnicos para o IF Sudeste MG – *Campus* Barbacena. Esta aquisição visa atender as demandas de ensino, pesquisa e extensão dos seguintes laboratórios de produção animal: Bovinocultura de Leite (100 animais), Bovinocultura de Corte (80 animais), Bubalinocultura (20 animais), Caprinocultura (50 animais), Ovinocultura (50 animais), Avicultura (5000 animais), Psicultura (10 tanques), Apicultura (30 caixas), Equideocultura (20 animais), Minhocultura, Suinocultura (300 animais) e Cunicultura (100 animais). Além disso, os produtos oriundos desses sistemas de produção (carne, leite, ovos, mel e húmus) são destinados para atender as demandas do refeitório e o excedente é destinado ao posto de vendas.
- 2.2.** No entanto, para que os animais apresentem bons índices zootécnicos, deve ser oferecido a estes, boas práticas de manejo sanitário, reprodutivo e nutricional, visando atender as normas de bem-estar animal, garantindo os seguintes princípios: serem livres de medo e estresse, serem livres de fome e sede, serem livres de desconforto, serem livres de dor e doenças e terem liberdade para expressar seu comportamento ambiental.
- 2.3.** Além disso, os itens a serem adquiridos com o processo, tem como finalidade atender o planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos seguintes cursos: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio, Superior em Agronomia e Superior em Tecnologia em Alimentos, sendo aproximadamente 680 alunos.
- 2.4.** Cada item a ser detalhado abaixo tem como objetivo prevenir ou tratar de forma específica cada doença ou sistema fisiológico que apresentar sinais clínicos alterados. Vale salientar que não é possível prever quais doenças poderão acometer os animais e nem a taxa de morbidade. Com isso os medicamentos a serem adquiridos devem abranger o maior número de doenças possível, visando atender em tempo hábil o animal doente, garantindo uma boa recuperação, promovendo maior conforto ao animal e reduzindo os custos excessivos com medicamentos.
- 2.5.** Detalhamento das aquisições:
- 2.5.1.** 1) Antissépticos (Álcool etílico 70, Iodopovidona 10%): Desinfecção de feridas, área cirúrgica, visando maior eficácia na recuperação animal.
- 2.5.2.** 2) Desinfetante (Formol, Benzocreol, Iodophor, Sulfato de cobre, CB 30, Permanganato de potássio, Creolina, Éter, Tintura de iodo): Limpeza de instalações, prevenção de lesões nos cascos.



- 2.5.3.** 3) Sedativos, anestésicos local e geral (Acepromazina, Cloridrato de Xilazina 2%, Lidocaína, Midazolan, Diazepan, Iodeto de mebezônio, Propofol, Cetamina, Azaperone, Isoflurano, Fentanil): reduzir a dor dos animais em procedimentos cirúrgicos.
- 2.5.4.** 4) Antitóxicos (Atropina, Mercepton, Bicarbonato de sódio, Furosemida, Purgante salino, Bissolvon, Metoclopramida): Recuperação animal em situação de intoxicação medicamentosa / plantas tóxicas / alimentar / animais peçonhentos.
- 2.5.5.** 5) Antibióticos (Cefquinoma, Ceftiofur, Dipropionato de imidocarb, Enrofloxacino, Gentamicina, sachês de trissulfina, Cloxacilina, Pentabiótico, Talcin max, Septipen / Megacilin plus, Tylozina, Sulfadoxina, Terramicina, Neomastic, Mastifin vaca seca, Cobactan, Mastifin, Ciprolac, Forcyl, Florfenicol, Amoxicilina, Estreptomicina, Tribissen, Sufamicina, Penicilina): Bactericidas / Bacteriostáticos para atuarem com maior eficácia de acordo com o tipo de agente e sistema fisiológico afetado.
- 2.5.6.** 6) Repelentes e cicatrizantes (Unguento, Tanidil, Óleo de ricino, Óxido de zinco, Mata bicheira, Boviscorn, Laurildietilenoglicol, Salicilato de metila): Prevenção e tratamento de feridas.
- 2.5.7.** 7) Antitérmicos / Analgésicos / Anti-inflamatórios (Dipirona sódica, Fenilbutazona, Flumetasona, Flunixin + Meglumine, Dexametasona, Brometo de hioscina / dipirona sódica, Diclofenaco de sódio, Meloxicam): Reduzir a dor dos animais, permitindo uma recuperação mais rápida.
- 2.5.8.** 8) Material cirúrgico (Fio de nylon 3.0 para sutura, fio de algodão para sutura, Lâmina de bisturi, Algodão, Atadura gessada, Espadrado, Luva grande, Luva média, Luva pequena, Atadura de crepon, Agulha metal, Fio de sutura catgut, Seringa de 3ml, Seringa de 5ml, Seringa de 10ml, Seringa de 20 ml): Necessário para realização dos procedimentos de pré-operatório, operatório e pós-operatório nos animais domésticos.
- 2.5.9.** 9) Sêmen e Nitrogênio líquido: Material genético necessário para melhorar a produtividade do rebanho bovino e para conservação do sêmen.
- 2.5.10.** 10) Antiparasitários (Ivermectina, Doramectina, Toltrazuril, Fluazuron 2,5%, Valbazen, Sulfadiazina, Neguvon, Aciendel plus, Fluron gold, Panacur, Ivermectina, Deltametrina, Thuya, Vetococ, Amitraz, Fenbendazole): Prevenção e combate de endo e ectoparasitas.
- 2.5.11.** 11) Vacinas (Vacina contra bouba aviária, Vacina anti-rábica, Vacina contra brucelose, Vacina contra botulismo, Vacina contra pneumoenterite, Vacina contra parvovirus suíno / erisipela / leptospirose, Vacina contra febre aftosa, Vacina contra newcastle, Vacina contra linfadenite caseosa em caprinos e ovinos, Vacina salmonella enteritidis para aves): prevenção das principais doenças nos animais domésticos.



- 2.5.12.** 12) Soros e Complexos vitamínicos / minerais (Soro concentrado em cálcio, Ferrodex, Soro Antitetânico, Potenay, Suplemento alimentar animal para aves, Vitamina b 12, Vitamina k, Soro multivitamínico, Glutellac, Vitaminas ADE, Phenodral, Monovin A, Iodo injetável, Soro ringer lactato, Soro antiofídico, Cálcio glicosado, Soro fisiológico, Soro glicosado): Reposição de minerais, vitaminas e demais nutrientes em animais debilitados. Tratamento de tétano e acidentes ofídicos.
- 2.5.13.** 13) Hormônios (Estradiol, Sincrogest, Cloprostenol, Aglepristone, Progesterona, GnRH, Ocitocina): Auxiliar no manejo reprodutivo em relação à indução de cio e no tratamento de doenças da reprodução.
- 2.5.14.** 14) Desinfetantes para manejo de ordenha (Detergente alcalino, Detergente ácido, Iodo pré-dipping, Iodo pós-dipping): Auxiliar na limpeza de ordenhadeira e tanque de expansão e práticas de manejo de ordenha.
- 2.5.15.** 15) Material zootécnico (Caneca p/ mastite, Copo para pré e pós dipping, Bainha francesa, Brinco p suíno/ caprino amarelo, Brinco bovino amarelo grande, Caneta para brinco, Corda 12 mm, Corda 8 mm, Luva para toques, cera de abelha): necessário nas práticas de manejo de ordenha, inseminação artificial, contenção e identificação dos animais.
- 2.5.16.** 16) Material para manutenção de ordenhadeira mecânica (Filtros, teteiras, mangueiras, óleo lubrificante, pulsador): Garantir maior vida útil da ordenhadeira mecânica e permitir uma ordenha eficaz, evitando lesões nos tetos das vacas e produzir um leite de qualidade.
- 2.6.** Ressaltamos ainda que, a adoção do SRP se justifica nas hipóteses previstas nos incisos I, II, e IV do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013, pois os bens serão adquiridos ao longo do ano, de forma parcelada e de acordo com a demanda necessária, a qual, por se tratar de vacinas e medicamentos de uso veterinário, podem sofrer modificações quantitativas ao longo do ano, de maneira que não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser adquirido. Ainda, o certame contará com a participação de outros órgãos, hipótese prevista no inciso III do artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1.** A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1.º da Lei 10.520/2002, que nos traz que para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de Pregão, o qual será regida por esta lei. O parágrafo único desta lei define que são bens e serviços comuns, para fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Trata-se de registro de preços para a aquisição visando recompor o almoxarifado, a considerar os itens mais utilizados e em baixa no estoque atual.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1.** O prazo de entrega dos bens é de **10 (dez) dias**, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa **única**, no seguinte endereço:

Setor de Almoxarifado	Rua Monsenhor José Augusto, 204, Bairro São José, Barbacena – MG. CEP 36205-018
-----------------------	---

- 4.2.** No caso de medicamentos e vacinas de uso veterinário, os produtos deverão estar no terço inicial da validade;

- 4.3.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **5 (cinco) dias**, pelo(a) responsável pelo Setor de Almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 4.4.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

- 4.4.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

- 4.5.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1.** São obrigações da Contratante:

- 5.1.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- 5.1.2.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3.** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 6.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: [marca](#), [fabricante](#), [modelo](#), [procedência](#) e [prazo de garantia ou validade](#);
 - 6.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 6.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 6.1.4.** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 6.1.5.** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 6.1.6.** [cumprir os prazos de entrega](#).

7. DA SUSTENTABILIDADE

7.1. Baseado no guia de licitações sustentáveis (2016) e na Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, a aquisição de medicamentos veterinários e insumos zootécnicos visa garantir os princípios da sustentabilidade:

7.1.1. Social: Reduzir a incidência de doenças nos animais domésticos criados no IF Sudeste MG – Campus Barbacena, produzir alimentos saudáveis (livres de agentes patogênicos e com boas características organolépticas e físico químicas), garantir segurança aos alunos e servidores envolvidos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

7.1.2. Econômico: Promover práticas de manejo que visem prevenir a manifestação de doenças nos diferentes sistemas de criação reduzindo as perdas com mortalidade de animais e descarte de produtos contaminados (carne, leite e ovos). Aumentar a produtividade, buscando reduzir os custos de produção.

7.1.3. Ambiental: Garantir conforto aos animais, promovendo as boas práticas de bem-estar animal, manejando os animais de forma racional. Reduzir a mortalidade de animais, evitando o acúmulo de carcaças no meio ambiente.

7.2. Com a aquisição sustentável de medicamentos e insumos zootécnicos será possível reduzir os gastos excessivos no tratamento de doenças, escolhendo o melhor medicamento e trabalhando de forma preventiva. Permitirá uma análise do melhor medicamento (dosagem, agentes, via de aplicação, período de carência) em função da doença, garantindo vantajosidade econômica. Além disso, adquirir medicamentos (vacinas por exemplo) que promovam menor impacto ambiental negativo, quanto no uso racional destes produtos, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais.

7.3. Objetivando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, segundo artigo 5º da IN 1/2010:

7.3.1. *“Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:*

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

§ 2º O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada”.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização

das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado, conforme disposto no artigo 40, XIV, “a”, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.1.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 11.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público,

bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 11.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.12.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.13.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DO REAJUSTE

- 12.1.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 13.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 13.1.1.** Visto que a natureza e complexidade da contratação, os instrumentos para recolhimento de valores advindos das aplicações das sanções são suficientes para reparar possíveis falhas de execução contratual.

14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

- 13.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, *devendo, entretanto, ser observadas as regras referentes ao prazo de validade no caso das vacinas.*

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 15.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 15.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 15.1.3.** falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 15.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;
 - 15.1.5.** cometer fraude fiscal;
- 15.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 15.2.1.** **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 15.2.2.** multa moratória de **0,5 % (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte) dias**;
 - 15.2.3.** multa compensatória de **10 % (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 15.2.4.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 15.2.5.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

- 15.2.6.** impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.
- 15.2.7.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3.** As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.4.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 15.10.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.11.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.12.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

15.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 734.936,31 (Setecentos e trinta e quatro mil, novecentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos).

Barbacena, 09 de março de 2020

Wellyngton Tadeu Vilela Carvalho
Diretor de Desenvolvimento Institucional

Marcelo José Milagres de Almeida
Diretor-Geral